

INSTITUIÇÕES E INTENCIONALIDADES: CAMINHOS PARA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL (1930-1941)

INSTITUTIONS AND INTENTIONALITIES: PATHWAYS TO THE ORGANIZATION OF BRAZIL INDUSTRIAL EDUCATION (1930 TO 1941)

INSTITUCIONES E INTENCIONALIDADES: CAMINOS PARA LA ORGANIZACIÓN DE LA ENSEÑANZA INDUSTRIAL EN BRASIL (1930-1941)

Samita da Castro Silva¹ 0009-0008-9173-9789
Olivia Moraes de Medeiros Neta² 0000-0002-4217-2914

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil; samita.castro.700@ufrn.br

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil; olivia.neta@ufrn.br

RESUMO:

O presente trabalho objetivou investigar a organização do ensino industrial no Brasil entre 1930 e 1941, por meio das instituições de influência e da documentação produzida pela Divisão do Ensino Industrial. Com esse intuito, estruturou-se como uma pesquisa de cunho documental e bibliográfico, tendo como corpus documental ofícios e relatórios. A pesquisa encontra-se vinculada ao campo da História da Educação Profissional e, para seu desenvolvimento, fez uso do método histórico de Arostegui. A partir da investigação, observou-se que o ensino industrial constituiu um espaço de implantação de ideias e valores, tornando-se um polo de disputas marcadas por intencionalidades particulares das instituições de influência (governo e indústria). Essas instituições promoviam a normatização de comissões responsáveis por desenvolver estudos, planejamentos e reorganizações do ensino profissional. Identificou-se, ademais, que um dos espaços de reorganização foi a própria Divisão do Ensino Industrial, que construiu diretrizes organizativas voltadas tanto para a esfera teórica quanto para a prática, estruturando disciplinas que auxiliariam na articulação entre ambas, transmitindo valores “humanos”, morais e cívicos e, por fim, dedicando-se não apenas à modificação da base curricular, mas também à reestruturação das instalações físicas dos Liceus.

Palavras-chave: ensino industrial; instituições; intencionalidades; organização.

ABSTRACT:

This study aimed to investigate the organization of industrial education in Brazil between 1930 and 1941, through influential institutions and documentation produced by the Industrial Education Division. To this end, it was structured as a documentary and bibliographic research, using as its documentary corpus official letters and reports identified. The research is linked to the field of History of Professional Education and, for its development, made use of Arostegui's. Based on the investigation, it was observed that industrial education constituted a space for the implementation of ideas and values, becoming a hub of disputes marked by the particular intentions of influential institutions (government and industry). These institutions promoted the standardization of commissions responsible for developing studies, plans, and reorganizations

of professional education. It was also identified that one of the spaces for reorganization was the Industrial Education Division itself, which built organizational guidelines focused on both the theoretical and practical spheres, structuring disciplines that would assist in the articulation between both, transmitting “human,” moral, and civic values, and, finally, dedicating itself not only to modifying the curriculum, but also to the restructuring of the physical facilities of the high schools.

Keywords: industrial education; institutions; intentions; organization.

RESUMEN:

El presente trabajo tuvo como objetivo investigar la organización de la enseñanza industrial en Brasil entre 1930 y 1941, por medio de las instituciones de influencia y de la documentación producida por la División de la Enseñanza Industrial. Con este propósito, se estructuró como una investigación de carácter documental y bibliográfico, teniendo como corpus documental oficios e informes. La investigación se encuentra vinculada al campo de la Historia de la Educación Profesional y, para su desarrollo, hizo uso del método histórico de Arostegui. A partir de la investigación, se observó que la enseñanza industrial constituyó un espacio de implantación de ideas y valores, convirtiéndose en un polo de disputas marcadas por intencionalidades particulares de las instituciones de influencia (gobierno e industria). Estas instituciones promovían la normalización de comisiones responsables de desarrollar estudios, planificaciones y reorganizaciones de la enseñanza profesional. Asimismo, se identificó que uno de los espacios de reorganización fue la propia División de la Enseñanza Industrial, que construyó directrices organizativas orientadas tanto al ámbito teórico como al práctico, estructurando asignaturas que contribuirían a la articulación entre ambos, transmitiendo valores “humanos”, morales y cívicos y, por último, dedicándose no solo a la modificación de la base curricular, sino también a la reestructuración de las instalaciones físicas de los liceos.

Palabras clave: educación industrial; instituciones; intenciones; organización.

Introdução

Investigar a respeito do ensino profissional (EP) conduz – mesmo que inicialmente – à legislação que o instituiu nacionalmente, ou seja, direcionando para o Decreto de nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Decreto este que estabeleceu a criação de 19 Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA), marcando na história brasileira o ensino profissional gratuito custeado pela União. Nesse sentido, compreende-se tal normativa como um marco institucional que delimitou a primeira fase de criação e formalização desse ensino.

Entretanto, é relevante, também, destacar que essa não foi a primeira oferta desse tipo de escola a ser concebida no Brasil. O pesquisador Cunha (2000) em seu artigo, realizou uma investigação sobre o ensino profissional e demonstrou que, durante o período do Império, existiram espaços (casas, colégios e escolas) destinados à formação para os ofícios.

Essas primeiras medidas, no entanto, ainda não possuíam uma força de lei da União; foi por meio das EAAs que ocorreu a formalização institucional dessas escolas. Assim, tratou-se de um movimento nacional que estabeleceu normas, definiu um quadro necessário de

profissionais, destinou investimentos e organizou, ainda que inicialmente, um currículo para essa modalidade de ensino.

Mesmo com tal progresso, é válido pontuar que ainda não se configurava como um sistema educativo, uma vez que, conforme argumenta Lucas (2024, p. 13), “Mesmo que as EAA abrangessem quase todo o território brasileiro, não podem ser consideradas como um sistema ou uma rede de escolas, pois lhes faltava unidade”. Isto é, no contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX, havia o suporte normativo dessas escolas, porém elas ainda necessitavam de uma organização e sistematização de qualidade física, curricular e técnica.

Diante do contexto mencionado, uma segunda fase em torno do EP começou a ser delimitado, referindo-se ao processo de planejamento e reorganização – que tornou-se uma demanda, para viabilizar uma organização eficaz deste ensino. Essa fase tem como ponto de partida a comissão instituída pelo ministro Lopes, denominada Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico.

A partir dela, verifica-se um movimento primário no qual se constituem, legalmente, espaços de discussão, pesquisa e planejamento. Por meio desta e outras comissões, oportunizou-se o entrecruzamento de agentes – de cunho político e especializado – responsáveis por orientar direcionamentos comuns, a reorganização do ensino profissional.

É nessa conjuntura que se delimita o presente trabalho, uma vez que, nos espaços de discussão e sociabilidade (as comissões), verificou-se um alinhamento mais evidente em torno de um dos ramos do ensino profissional: o ensino industrial. Esse destaque se justifica pelo próprio contexto de expansão industrial brasileiro – impulsionado, em parte, pela crise mundial de 1929 –, bem como pelas transformações internas vivenciadas pelo país na virada daquela década.

Nesse enquadramento político, econômico e educacional em funcionamento, foram sendo criadas novas comissões de avaliação e planejamento e, paralelamente, sucederam-se disputas de interesse acerca de quais instituições estariam à frente dessas tomadas de decisão. Pois, dispor do controle no tocante ao ensino significava poder traçar e imprimir suas intencionalidades nele. Portanto, o estudo em questão, buscou investigar as instituições que exerceram influência sobre esse ensino, bem como concentrando a atenção nas disputas e para uma comissão em particular, conhecida como Divisão do Ensino Industrial (DEI), formalizada pelo Ministério da Educação e Saúde do período em questão.

Diante desse cenário, o objetivo geral tencionou investigar a organização do ensino industrial no Brasil entre 1930 e 1941, por meio das instituições de influência e da documentação produzida pela Divisão do Ensino Industrial. Além disso, como objetivos

específicos, buscou-se: a) identificar as instituições que influenciaram a reformulação do ensino industrial a partir da primeira Era Vargas e b) analisar o relatório de 1941, destacando as diretrizes organizativas e curriculares destinadas aos Liceus Industriais presentes neste documento.

Referencial Teórico

Visando à realização da pesquisa, é importante delimitar o estudo no Campo da História da Educação Profissional – mobilizando para as discussões a reflexão da pesquisadora Maria Ciavatta (2019, p. 23), a qual pondera sobre o pensamento crítico histórico: "[...] Educação Profissional supõe o pensamento histórico crítico que não se limita à superfície dos acontecimentos, a seu aparente significado. Antes, busca o conjunto de relações que estão em sua gênese, em sua formação". Tomando por base essa afirmação, que revela compromisso no fazer pesquisa, o trabalho em questão compreende que os recursos e direcionamentos instaurados para o ensino profissional perpassam relações de interesses plurais, não sendo justificáveis somente por sua existência (superfície dos acontecimentos), mas expressam indícios de interesses e utilidade para agentes específicos.

Para tanto, o espaço constituído para o planejamento e a reorganização do ensino industrial – a DEI – convida à reflexão sobre esse conjunto de relações que conferem notoriedade ao seu objeto de interesse: as instituições de influência, que apoiaram a organização do ensino e, conseqüentemente, seus interesses e as disputas daí geradas; assim como a materialidade produzida por esse espaço de circulação de ideias – as diretrizes organizativas e curriculares destinadas à estruturação do ensino nos Liceus Industriais.

Desse modo, para o desenvolvimento da investigação, recorreu-se à pesquisa de cunho documental e bibliográfico, utilizando o acervo digital: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). É válido destacar que, ao se debruçar sobre as fontes localizadas no acervo referentes a Gustavo Capanema Filho¹ – ministro por 15 anos da pasta de Educação e Saúde –, tornou-se possível observar e problematizar a trajetória tecida ao redor das comissões e, em particular, da atuação da própria DEI.

A partir desse panorama de catalogação, leituras e considerações preliminares, emergiu um documento intitulado Ensino Industrial Mantido pela União (1941), que, por estar imerso

¹ Gustavo Capanema (1900-1985), formado em Direito. Iniciou sua vida política em 1927, ao eleger-se vereador. Apoiou Getúlio Vargas em sua candidatura de 1930. Foi nomeado para o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública em 1934, posição que ocupou até o fim do Estado Novo.

nessas relações políticas, econômicas e sociais mencionadas anteriormente, permite formular a seguinte questão de pesquisa: como o relatório de 1941, em diálogo com as instituições de influência e com os intelectuais envolvidos, expressa as diretrizes e as ideias que orientaram a organização do ensino industrial para aquele período?

Em vista disso, para a construção da pesquisa mostrou-se necessária a mobilização de conceitos pertinentes à questão indagada. Portanto, esse movimento de investigação direcionou o olhar para três conceitos-base: ensino industrial, intelectuais e redes de sociabilidade. Nesse enfoque, o primeiro locus conceitual refere-se ao entendimento de ensino industrial. Luiz Antônio Cunha (2000), nesse sentido, estabeleceu estudos basilares acerca desse ensino, evidenciando em sua pesquisa os variados significados que a indústria e o ensino receberam na história brasileira.

Para tanto, Cunha (2000) enfatiza o processo de industrialização, trazendo para a discussão um sentido de indústria com finalidades próprias. Isto é, uma indústria concebida como sanadora dos problemas econômicos, capaz de empregar a força de trabalho e estabelecer progresso. O ensino, nesse contexto, tornou-se um “[...] instrumento para a solução da questão social” (Sirinelli, 2000, p. 94), em conjunto com o ramo industrial, incorporando questões de caráter produtivo, bem como elementos de moralização e conformação social.

Em paralelo ao locus mencionado, outro importante entendimento se faz necessário para o prosseguimento da pesquisa, referindo-se à conceituação de intelectuais. Para esta pesquisa, privilegiou-se o ângulo de análise em torno das contribuições de Jean-François Sirinelli (1986). O historiador sinaliza em seu texto duas abordagens acerca do conceito de intelectuais: o primeiro segmento considera os “[...] criadores e mediadores culturais” (Sirinelli, 1986, p. 99), tratando dos articuladores – agentes – responsáveis pelas atividades de produção, difusão e recepção da cultura. Nessa lógica, a definição é mais ampla, englobando professores, jornalistas, cientistas e alunos, centrando-se na função do agente no campo cultural.

O segundo agrupamento apresentado por Sirinelli utiliza um sentido mais afunilado, indicando uma noção de envolvimento “direto ou indireto, na vida da cidade” (Sirinelli, 1986, p. 99). Em outros termos, trata-se do intelectual engajado, que participa diretamente das funções e atua com diferentes agentes políticos, suscetível, com isso, a tensões e disputas provenientes desses envoltimentos.

Ao considerar essas lentes de pesquisa – relativas aos intelectuais –, Sirinelli indica também outros instrumentos de investigação que ampliam as margens do conceito de intelectual. Um desses instrumentos refere-se às redes de sociabilidade. Sirinelli (1986, p. 103) aborda esse próximo e último locus, definindo-o como um “[...] grupo permanente ou

temporário, independentemente do seu grau de institucionalização, no qual se escolhe participar”, tratando-se, portanto, de estruturas constituídas pelos objetos de interesse que facultam interações e atuações entre os intelectuais, bem como o desenvolvimento e a circulação de suas ideias.

Diante disso, os apontamentos de Cunha e Sirinelli constituem o enquadramento teórico das discussões para as próximas seções, permitindo aprofundar a compreensão das articulações entre o ensino industrial, as redes de sociabilidade e os intelectuais no período delimitado, em diálogo com a questão de pesquisa.

Metodologia

Em articulação com esse referencial teórico, também é pertinente explicitar o fazer metodológico da pesquisa. Optou-se, nesse sentido, pelo método histórico de Aróstegui, o qual, a partir de seu livro *A pesquisa histórica – teoria e método* (2006), deu base ao estudo. Pois, discute um modelo de procedimento de pesquisa, facultando, assim, refletir sobre os processos de “aquisição de informação histórica” e seus respectivos “instrumentos operativos conceituais”.

A partir dessa lógica, o trabalho organizou-se em três principais etapas de trabalho. A primeira delas refere-se aos procedimentos de pesquisa em acervos, realizados na esfera digital. O repositório mobilizado, nesse sentido, foi o CPDOC, com ênfase no arquivo de Gustavo Capanema, uma vez que esse acervo dispõe de um “microcosmo” de fontes vinculadas à vida privada e política do intelectual.

Para a feitura desta pesquisa, realizou-se a leitura de 22 fontes na pasta mencionada e, paralelamente, procedeu-se à catalogação desses documentos por meio de uma planilha no Google Forms. As informações localizadas foram organizadas a partir de categorias previamente selecionadas, divididas em: Data, Tipo de documento, Sujeitos envolvidos, Tipo de relações, Espaços e Informações adicionais. Durante esse processo, identificaram-se diversas fontes que discutiam e planejavam o ensino profissional, entretanto, não se restringindo a ele – evidenciando, assim, uma concentração no ramo industrial.

Em continuidade aos procedimentos metodológicos da pesquisa, a segunda etapa consistiu na revisão das bibliografias identificadas, as quais contribuíram para a contextualização do objeto de estudo e viabilizaram a fundamentação das análises apresentadas na seção seguinte.

No que se refere à terceira e última etapa, desenvolveu-se o processo de análise documental das fontes localizadas, em um exercício de questionamento e interpretação. Para essa fase, Aróstegui oferece importantes contribuições. Segundo o autor, esse tipo de análise corresponde a um “[...] conjunto de princípios e de operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico” (Aróstegui, 2006, p. 508). Nesse sentido, a seleção das fontes constitui apenas o primeiro passo, sendo necessário recorrer a técnicas adequadas para verificar a confiabilidade dos dados. Trata-se, portanto, de ir além do conteúdo do relatório como produto final, interrogando-o e realizando cruzamentos com diferentes tipos de documentos.

Em síntese, a pesquisa fez uso de referências bibliográficas que investigaram a temática e, articulada às demais etapas metodológicas, possibilitou o delineamento do fazer pesquisa no campo da História da Educação Profissional.

Resultados e Discussão

Para compreender o processo de organização do ensino industrial, faz-se necessário um movimento amplo de pesquisa que considere os espaços de discussão e planejamento (comissões), mas, para além disso, que direcione o olhar às instituições que influenciaram esse processo. Uma vez que o ensino industrial tornou-se um ponto de convergência de interesses e, conseqüentemente, uma zona geradora de disputas por seu controle e organização. Portanto, nesta seção do trabalho, buscou-se identificar quais foram essas instituições de influência que tensionaram a organização do ensino ou que possuíam interesse sobre ela. De modo a contextualizar o governo provisório e as ações por ele promovidas, revelando as articulações desenvolvidas e evidenciando os sentidos elaborados para o ensino industrial.

Instituições de influência – entre o governo e as industriais

Diante disso, cabe mencionar que o governo em foco instaurou-se em um momento marcado por alterações tanto de âmbito externo quanto interno. A crise de 1929 – somada às insatisfações relacionadas às oligarquias – e o crescimento urbano constituíram elementos relevantes para as transformações que caracterizaram a década de 1930.

Segundo Romanelli (1988, p. 47), “[...] 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, [...] se empenharam em promover vários rompimentos políticos

econômicos”. Nessa perspectiva, a primeira Era Vargas instaura-se por intermédio de movimentos organizados, aliada a uma crise econômica que, conforme Romanelli (1988, p. 49), “[...] delineou-se, portanto, como uma necessidade de reajustar o aparelho do Estado às novas necessidades da política e da economia”. Nesse contexto, favorecido pela crise e contando com apoio político, o governo provisório rompe com a velha ordem e inicia uma série de iniciativas econômicas, paralelamente reformulando a educação – assim como, centralizando esforços para um ramo específico: o ensino industrial.

O autor Cruz auxilia nessa compreensão, especificamente, concernente ao governo e ao projeto que começava a ser delineado, ao indicar que um dos esforços visados por ele consistiu no:

[...] desenvolvimento da instrução primária e profissional, salientando, também, que, para alcançar esse objetivo, foi necessário “reconstruir a educação nacional e rever seus objetivos. Era preciso, na época da máquina, articular de maneira estratégica educação e trabalho organizado” (Cruz, 2011, p. 240).

Para tanto, Vargas implementou um plano abrangente para fortalecer a organização dessa educação, bem como o ensino profissional, estabelecendo como estratégia para tal a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, por meio do Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. Dessa maneira, instituiu um espaço de estudo e orientação, favorecendo o entrecruzamento de intelectuais envolvidos no planejamento desse novo ideário.

É válido ressaltar que esses e outros Ministérios emergem como instituições de influência, uma vez que detinham autonomia e competência técnica para reorganizar o ensino profissional. Pois, compreende-se que essa autonomia se formalizava por meio dos decretos e dos objetivos neles estabelecidos, assegurando margens de ações (direcionando estudos); enquanto a competência técnica se consolidava pela rede de sociabilidade construída com os intelectuais envolvidos – os quais pesquisando, fiscalizando, orientando e planejando estruturou (imprimiu) sentidos para o ramo do ensino industrial.

Medeiros Neta e Assis (2023, p. 224) viabilizam esse entendimento ao refletirem sobre esses intelectuais como pessoas de poder, uma vez que “[...] circulavam e atuavam nas esferas de poder, sobretudo no que se refere ao ensino profissional e, portanto, tinham influência sobre as ações desenvolvidas nesse segmento”. Isso porque essas instituições de influência detinham alcance político e normativo e, para além desse limite, também fomentavam espaços de discussão nos quais esses agentes, aproximados de acordo com Sirinelli (1986) por questões de formação acadêmica, laços familiares ou vínculos com determinadas comunidades, direcionavam ações e influenciavam os rumos do ensino profissional.

Paralelamente à criação do Ministério e a mobilização desses intelectuais, outro aspecto que impulsionou as mudanças promovidas pelo governo provisório refere-se ao investimento na industrialização do país. O foco direcionado às indústrias gerou a necessidade urgente – nesse contexto – de planejar um ensino voltado para esse setor, já que, ao levar em consideração as EAA, elas ofereciam cursos variados conforme as demandas de cada estado.

No entanto, a organização e a definição dos objetivos e métodos adequados para cada ramo específico – quando existiam quadros de diferentes ofícios – eram determinadas pelas próprias instituições. Essa autonomia resultava em estruturas distintas, nem sempre alinhadas ao direcionamento desejado para a formação do aluno-trabalhador ou, nesse cenário em desenvolvimento, para o aluno voltado diretamente às demandas da indústria. Nesse sentido, as instituições aqui compreendidas como de influência, como mencionado o MESP, planejavam e direcionavam a formação desses alunos a partir de projetos que nem sempre seguiam o mesmo viés.

Nessa lógica, o empresariado industrial, tal como o governo, detinha interesses próprios. Desse modo, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) – também implementado em 1930 pelo Decreto n.º 19.433 – participou dessa disputa, porém com objetivos “mais pragmáticos e limitados, tratando de implantar um sistema de aprendizagem industrial mais diretamente ligado à indústria e às suas necessidades práticas” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 250).

Nesse prisma, a intenção interligava-se a uma orientação mais voltada aos interesses de formação de uma classe trabalhadora, inserindo as demandas essenciais da identidade da indústria, conjuntamente, visando conduzir um ensino mais voltado à prática: a racionalização sob essa perspectiva, estabelece-se como um princípio caro aos interesses da indústria.

De acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), existiu o desejo de expandir a experiência do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo para o restante do país. Ao refletir sobre esse contexto, tal movimento pode ser compreendido como mais um indício das inclinações relativas ao ensino industrial. Isso se reforça pelo fato de que o Liceu, conforme Vasconcelos (2019), passou a focalizar cada vez mais as demandas da indústria, incorporando processos de racionalização inspirados no fordismo e no taylorismo. Infere-se, portanto, que a organização mencionada carregava elementos considerados pertinentes ao empresariado, cujo interesses estavam mais alinhados aos objetivos do MTIC.

Nesse sentido, o Ministério do Trabalho e da Indústria, compreendido como outra instituição de influência, efetivou comissões de estudo alinhadas às suas intencionalidades. Um exemplo desse movimento diz respeito à comissão formada por Raul Azedo (relator), Joaquim

Pimenta e F. Luderitz, cuja finalidade consistiu na elaboração de um estudo que gerou como resultado o relatório intitulado: “Organização Científica do Trabalho”.

Essa fonte dedicou-se a apresentar um histórico detalhado sobre a organização científica do trabalho, realizando, para isso, o levantamento de autores como Taylor, Ford e Parson, destacando assim suas discussões e produções. Tal documento auxilia na compreensão das intencionalidades desse Ministério, que trazia para sua base questões relativas à própria indústria.

Neste ponto, vale salientar que essas são orientações mais vinculadas ao MTIC, por outro lado o MESP, disputou por intencionalidade próprias – para tanto, é válido levantar para discussão o ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, o qual esteve neste cargo de 1934 a 1945.

É possível, refletir que tanto os Ministérios buscavam a reorganização do ensino, quanto o empresariado almejava influenciar nessa organização. Contudo, os projetos de ensino divergiram em certos pontos e proporção. A indústria carecia de um trabalhador alfabetizado, conhecedor de seu ofício e que tivesse uma formação rápida e flexível. Já o projeto defendido por Capanema, tencionou um ensino no qual contemplava-se o lado técnico e o lado humano – progressivo e imbuído de aspectos nacionais, cívico e moral.

Nessa conjuntura de intenções, o intelectual Capanema evidencia, em suas ações e discursos, o encaminhamento do ensino profissional inserido em um sistema educacional mais amplo. Essa compreensão torna-se possível a partir de seu discurso na solenidade de abertura do Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial² (SENAI), ocasião em que o ministro inicia a defesa de um ensino industrial mais amplo:

É necessário que a educação industrial não se preocupe apenas em preparar o lado técnico do trabalhador, mas, também, o seu lado humano, isto é, o seu lado espiritual, o seu lado moral, o seu lado cívico e patriótico, o que quer dizer que o principal critério da formação do trabalhador nacional tem que ser precisamente este - o de atingir, a um tempo, a sua preparação técnica e a sua formação humana (BRASIL, 1942, p. 4). E quero, portanto, terminar, fazendo essa consideração: é que um dos traços do ensino industrial do Brasil é a introdução da orientação profissional na educação, o que quer dizer que se, por um lado, queremos preparar tecnicamente, humanamente, o trabalhador, por outro queremos reconhecer que os graus, os níveis, os rumos dessa preparação não poderão ser escolhidos ao acaso. Dentro deste vasto caminho que podemos apontar ao trabalhador e onde há outros ramos e categorias, eles não poderão entrar pelo simples palpite, pelo desejo ou pelo simples acaso, entrarão pelas suas qualidades, pelos seus atributos, [...] pelas suas aptidões intelectuais e pelas qualidades morais (Brasil, 1942, p. 11).

² Criado através do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial tinha por objetivo organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários.

A partir da leitura completa do discurso, pode-se considerar que o ensino industrial é fomentado como um projeto, sim de formação da massa trabalhadora, entretanto, o ensino defendido por Capanema ancorasse em uma formação ampla, movendo a técnica e suas práticas atrelado o que foi nomeado “lado humano”. E este lado conduz intenções. No próprio discurso, destaca um lado espiritual, moral, cívico e pátriotico indispensável do trabalhador nacional e, não são citadas ao acaso.

Esses elementos revelam as dimensões formativas de um governo, valendo destacar que o Brasil se encontrava em um regime autoritário. Segundo os autores Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 91), havia uma disposição do governo de “[...] enfrentar resistências à imposição de procedimentos coercitivos; de outro, uma conjuntura onde toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade”. Nesse sentido, insuflar tais características por meio do ensino colaboraram para a manutenção do Estado.

Em continuidade, o segundo trecho do pronunciamento, permite analisar mais uma intencionalidade posta sobre o ensino industrial: o direcionamento do trabalhador a graus e ramos considerados apropriados a ele. A orientação profissional, nessa lógica, define o nível de ensino ideal por meio de uma avaliação física, intelectual e moral, realizado sob a supervisão dos organizadores do ensino, como observa Romanelli (1988, p. 56) “Precisamente como aconteceu com os padrões de consumo, os padrões de educação foram determinados pelo fator demanda”, ao ponderar acerca do fator demanda, os níveis e ramos do ensino profissional foram planejados de acordo com as necessidades sociais e econômicas, restringindo a liberdade de escolha do trabalhador nacional ao limite de suas qualidades e aptidões.

Nesse ponto, evidencia-se a intenção de formar uma força trabalhadora adequada aos propósitos da nação, separando-os de acordo com suas habilidades. No entanto, essas qualidades entram em choque com fatores sociais, como o tempo livre e condições financeiras, ou seja, elementos que tinham peso para excluir determinados trabalhadores de certos graus de formação, facultando, assim, a manutenção de uma massa trabalhadora hierarquizada e disciplinada.

Em síntese, é pertinente destacar que o conceito de orientação profissional pode ser compreendido como uma circulação de ideias que despertava o interesse tanto do Ministério da Educação quanto do Ministério do Trabalho. Isso indica que, embora existissem encaminhamentos particulares em relação à organização do ensino industrial por parte dessas instituições, verificavam-se também pontos de convergência, ilustrados pelo apreço à orientação profissional. Desse modo, torna-se possível refletir que essas instituições possuíam dinâmicas complexas e devem ser investigadas a partir de seus movimentos, dos intelectuais

envolvidos e das redes por eles constituídas, uma vez que suas diferenças não se encerram em muros rígidos, mas percorrem sentidos e intencionalidades que podem se cruzar.

Divisão do Ensino Industrial – do Relato a suas Diretrizes

Identificar essas instituições de influência foi o passo inicial para visualizar o contexto global pertinente ao ensino industrial, pois é no seio da formação e da atuação dessas instituições que se torna possível compreender que tipo de organização do ramo industrial foi privilegiada. Isso porque é na investigação desses espaços amparados por decretos e leis – os quais ganham força normativa – que emergem estruturas sistematizadas que atribuíram sentido a esse ramo. Logo, tratando-se de um “microcosmos” que conecta intelectuais e seus planos, facultando, a partir dessa análise e reflexão, entender que esse processo de organização traz consigo inúmeras vozes de estudo, pesquisa, planejamento e disputas.

Ademais, essas estruturas correspondem, na verdade, às comissões que já foram discutidas no início deste trabalho. Entretanto, pode-se retomá-las, evidenciando seus sentidos de planejamento e organização por meio de seus estudos produzidos e, até mesmo, de ações de fiscalização, com o objetivo de alinhar os propósitos intencionados. Tais espaços, amparados pelas instituições de influência, constituíram o recorte desta última seção. Contudo, especificamente um dos relatórios elaborados pela Divisão do Ensino Industrial foi selecionado como foco de análise, uma vez que, mediante a esse documento, buscou-se analisar quais diretrizes organizativas e curriculares estavam sendo propostas para os Liceus Industriais e, por consequência, para esse ramo do ensino.

A construção do catálogo citado na metodologia permitiu identificar parte desses planos, bem como localizar alguns dos intelectuais envolvidos na Divisão. O conjunto de fontes, que incluiu relatórios, ofícios e planos vinculados às atividades da DEI, possibilitou examinar as solicitações de Capanema, além de evidenciar as vistorias relacionadas à arquitetura e à organização dos Liceus Industriais. Esses documentos constituem elementos basilares para compreender os desdobramentos das ações da DEI, os embates ocorridos, bem como o planejamento voltado para a organização mais sistemática do ensino, incluindo a definição de diretrizes para a estruturação dos Liceus Industriais.

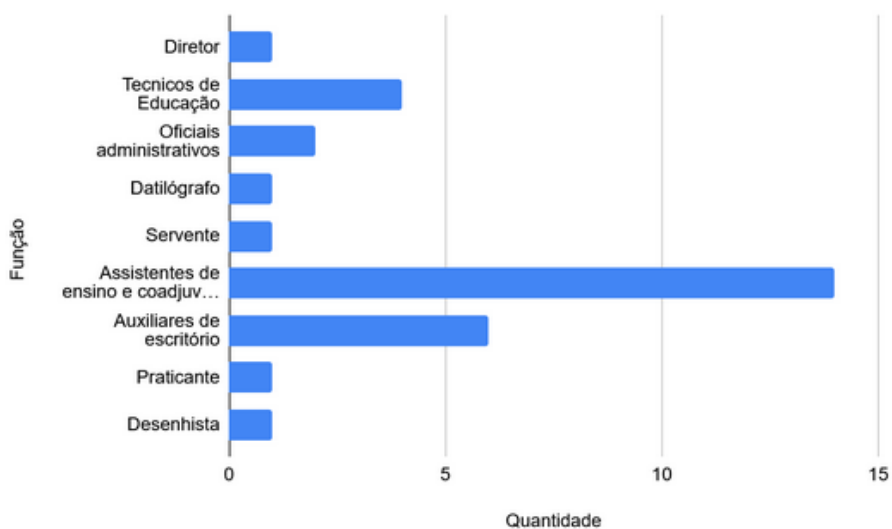
Desse conjunto de fontes, a presente pesquisa optou por analisar o relatório Ensino Industrial Mantido pela União (1941). O documento condensa os elementos que, naquele período, evidenciavam a organização promovida para os Liceus Industriais e, por conseguinte, conferiam um formato comum ao ensino industrial.

No entanto, antes de iniciar essa análise mais pontual, é válido destacar a materialidade do documento. A fonte foi assinada pelo diretor da DEI – Francisco Belmont Montojos³, que apresenta dados referentes aos Liceus daquele ano, incluindo listagens de ofícios e matrículas, bem como informações gerais sobre os cursos, disciplinas, contratação de professores e suas funções, além do processo de aprovação dos alunos. Esses conteúdos encontram-se organizados em sete tópicos, com os seguintes títulos:

- 1º Administração Geral
- 2º Cursos Mantidos pelos Liceus
- 3º Professores
- 4º Matrícula
- 5º Aferição do Aproveitamento dos Alunos
- 6º Associação Cooperativa e de Mutualidade
- 7º As Novas Construções para os Liceus Industriais

Tomando como base o primeiro tópico, é possível fazer algumas inferências. Nesse sentido, importa sinalizar que esse recorte inicial se dedicou a indicar a legislação que regia a DEI, enfatizando, além disso, o que era apresentado como seu principal objetivo: a direção dos Liceus Industriais. Embora não seja extenso, o tópico também detalha o quadro de pessoal técnico-administrativo e de serviços gerais pertencente à Divisão, o qual, para melhor ilustração, foi organizado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quadro de profissionais vinculados a Divisão do Ensino Industria



Fonte: Adaptado de Montojos (1941).

³ Francisco Belmonte Montojos (1900–1981), formou-se em Engenharia Civil. Atuou no Serviço de Remodelação, tornou-se inspetor do ensino industrial, exerceu a função de Superintendente do Ensino Industrial e, em 1937, assumiu a chefia da recém-criada Divisão do Ensino Industrial.

Aróstegui (2006, p. 491), ao afirmar que “[...] a ideia de fonte adquire sua importância fundamental quando se repara que em todo conhecimento há sempre algo de exploração de “pistas””, faculta a realização de variadas inferências. Nesse sentido, a partir do Gráfico 1, além de ser possível enfatizar o quantitativo de profissionais e funções ligados à DEI, também se revelam outras pistas. Em primeiro lugar, essas informações ressaltam a importância atribuída a esse ramo tanto pelo governo quanto pelo próprio MES, considerando que essa Divisão foi normatizada pela nova organização estruturada para o Ministério, mediada pelo então presidente Vargas e pelo intelectual Capanema.

Em segundo lugar, ao conferir essas informações e articulá-las às instituições de influência, percebe-se o quanto de investimento foi direcionado à efetivação do ensino intencionado, para tanto, sendo mobilizado o entrelaçamento de funções, demonstrando que a organização desse ensino exigia a atuação e o conhecimento de variados agentes.

Ainda sob esse viés, a pesquisa não pretendeu afunilar-se nessas funções, mas considerou essencial sublinhar os distintos caminhos que elas indicam: mobilizando a gestão da Divisão, a pesquisa, a fiscalização, assim como explicitando funções desempenhadas diretamente no chão dos Liceus Industriais, por meio dos assistentes de ensino e dos coadjuvantes. Em síntese, destacam-se 31 profissionais em diferentes funções alinhados à direção dos Liceus, o que ressalta a formação de uma rede de agentes envolvidos nessa finalidade.

A Divisão não estava apenas incumbida de manter o funcionamento dos Liceus, mas também de analisar suas ações, colaborar diante de possíveis dificuldades e corrigir eventuais desvios em relação às diretrizes estabelecidas. Dessa forma, é possível inferir que essa equipe atuava em diferentes frentes, mas com um propósito comum.

O segundo tópico do relatório apresenta uma série de informações relevantes, entre as quais se destaca uma diretriz fundamental do ensino profissional: a integração do ensino teórico com o prático. O documento, portanto, detalha a organização curricular, especificando a divisão do tempo dedicado a cada tipo de ensino. É mencionado que “[...] nos dois primeiros anos, paralelamente aos cursos primário e de desenho, há aprendizagens de trabalhos manuais, como estagio prevocacional da pratica dos oficios” (Montojos, 1941, p. 2).

A partir desse trecho, nota-se a ênfase na importância de assegurar que esses futuros profissionais recebessem um ensino primário – ligado à necessidade de saber ler e escrever – enquanto, simultaneamente, eram oferecidos cursos que formassem esses trabalhadores, com

bases no curso de desenho e em aprendizagens de trabalhos manuais. Buscando compreender essa perspectiva quanto aos trabalhos manuais, Pedrosa (2020, p.160) discorre que:

Montojos, ao trazer o trabalho manual em seus escritos, discorre sobre a importância deste para a saúde física, mental e para o desenvolvimento intelectual da criança desde tenra infância e enfatiza: nada mais cabível que se cuidar do trabalho manual na educação dos homens ainda nos seus primeiros anos, seja com o fim de se lhes desenvolverem as qualidades físicas, intelectuais ou morais.

Refletindo sobre a passagem relativa ao trabalho manual, nota-se que havia um projeto educacional com intencionalidades específicas, pois, além de preparar o aluno-sujeito-trabalhador para os ofícios, promovia-se também a formação de ideais físicos e morais condizentes com a época. Essa perspectiva moral está alinhada aos ideais fomentados pelo presidente Vargas, que, conforme Cruz (2011), via os ensinos primário e profissional como espaços de formação de ideias relacionadas ao serviço à pátria, almejando, assim, a consolidação de uma força de trabalho qualificada e comprometida com os valores nacionais.

Ainda no contexto dos cursos, a perspectiva do trabalho manual destaca-se como um elemento relevante na rede de sociabilidade, envolvendo discussões colaborativas entre diversos intelectuais da educação. Pedrosa (2020) observou que, embora Montojos não tenha sido o criador da pedagogia dos trabalhos manuais – conceito defendido por Fonseca, Pena e Lourenço Filho –, ele foi responsável por sua disseminação. Nesse sentido, a pesquisa revela que, durante esse processo de intercâmbio de ideias, Montojos se destacou ao integrar e aplicar essas concepções em seus direcionamentos, conforme evidenciado no relatório.

Dando continuidade às discussões deste segundo tópico, observam-se dois sentidos na escrita: uma concentrada na apresentação dos cursos e Liceus em funcionamento, listando, assim, as possibilidades de sessões de trabalho em diversas áreas relacionadas às indústrias; a outra, detalhando diretrizes pertencentes aos Liceus, reiterando os cursos considerados obrigatórios e acrescentando as disciplinas que deveriam ser incluídas nesses cursos. Ao ponderar sobre essas disciplinas, percebe-se um alinhamento com o projeto de ensino industrial em desenvolvimento.

A partir do Quadro 1, observa-se a estipulação de disciplinas mais gerais e outras com um viés mais técnico. No entanto, essa é apenas a primeira camada de análise. Ao refletir sobre o currículo disciplinar selecionado, compreende-se que o eixo geral já fornecia fundamentos para o desenvolvimento de cursos manuais ou mecânicos, ao contemplar conteúdos de Álgebra, Aritmética, Física e Química, ou seja, disciplinas que apoiavam a vertente mais prática. Portanto, infere-se que havia um direcionamento planejado, com intencionalidades marcadas.

Quadro 1 – Disciplinas

Disciplinas de eixo geral	Disciplinas de eixo técnico
Português, aritmética, geometria prática, lição das coisas, caligrafia, ginástica e canto coral, coreografia e história do Brasil, instrução moral e cívica, elementos de álgebra, noções de trigonometria, rudimentos de física e química.	Desenho e trabalhos manuais, desenho industrial, ornamental e de escala e tecnologia de cada ofício.

Fonte: Adaptado de Montojos (1941).

Além dessas disciplinas vinculadas à cultura técnica, é importante evidenciar a presença dos componentes de Instrução Moral e Cívica e de Ginástica. Essas disciplinas revelam valores almejados, uma vez que, ao retomar as discussões já desenvolvidas referente às instituições de influência relacionadas ao Ministério e ao próprio governo, tais valores ganham maior notoriedade.

A autora Corazza (2001, p. 15) contribui para a compreensão desse movimento ao evidenciar que “essa “vontade de sujeito” de um currículo não é em nada “inconsciente””. Em outros termos, as diretrizes referentes aos Liceus são tecidas por intelectuais que mobilizam ideias em circulação, também baseadas nos interesses do Estado em vigor, estando, portanto, longe de constituir uma organização inconsciente.

Desse modo, infere-se que a inclusão dessas disciplinas revela as intenções do projeto de ensino vinculadas à formação desses alunos não somente para os ofícios, mas também para o trabalho nas fábricas, buscando promover o desenvolvimento físico, assim como a conformação moral e cívica desses cidadãos.

Continuando as análises, um dos pontos finais deste segundo tópico aborda um elemento que se liga à estrutura física desses Liceus Industriais, tratando dos espaços destinados aos refeitórios, cozinha e copa. Ao considerar a explicitação dessa informação na fonte, pode-se ponderar a respeito de sua pertinência para a organização que estava sendo tecida.

A escolha por esses espaços indica estratégias de tornar a permanência mais efetiva e, para além disso, traz vestígios de diretrizes quanto a esse Liceu, que necessitaria de ambientes planejados para receber e alimentar esses alunos. Tal organização não se formaliza ao acaso; antes disso, carece de agentes que estejam estudando e orientando essas formalizações.

Para compreender esse movimento de organização, é oportuno mencionar que foram identificados ofícios e relatórios que solicitavam a análise física das EAAs, bem como foram estipulados orçamentos para modificações e ampliação dos equipamentos das oficinas – atuação

essa desenvolvida pela DEI. Essa informação, em conjunto com o tópico final do referido relatório (1941), o qual relatou quais Liceus receberam verbas e realizaram reformas; demonstra que a organização desse ensino e de seus Liceus não se limitou a uma mudança de nome.

O ofício de 1939, redigido por Rodolfo Fuchs⁴ – inspetor regional da Divisão –, apresenta-se como uma dessas fontes localizadas. O intelectual, além de realizar uma análise sobre o estado da EAA de Recife para sua transformação em Liceu, expõe suas ideias a respeito da nova organização, salientando, portanto, a necessidade de desfazer as características anteriores.

Uma das passagens do ofício, que permite compreender essa lógica em desenvolvimento, afirma: “A transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais envolve a adoção de uma série de medidas incisivas [...]” (Fuchs, 1939, p. 1). Nesse sentido, ao cruzar essas fontes, verifica-se um processo articulado de reformas que portavam um direcionamento comum. Mesmo estando em temporalidades diferentes, os documentos demonstram a condução de ações coordenadas por agentes especializados, visando à organização de diretrizes em seus aspectos curriculares e físicos.

Em última análise, ao retornar ao relatório, compreende-se que há uma tentativa de estabelecer uma “linguagem” comum sobre o ensino industrial, abrangendo aspectos organizativos, estruturais e propostas de ensino.

Nesse sentido, o relatório elaborado pelo intelectual Francisco Montojos exemplifica a incorporação de diversas ideias em circulação – algumas ainda em fase de planejamento naquela realidade e outras já sendo aplicadas nas práticas relacionadas ao ensino e nas próprias estruturas arquitetônicas. Em meio a esse cenário, percebe-se que essas ideias são o resultado de interações entre os intelectuais que se encontravam envolvidos em redes de sociabilidade.

O quadro 2, abaixo busca ilustrar, de maneira sintética, essa interação, a qual, através da DEI, oportuniza que esses intelectuais se entrecruzem: Capanema facultando a organização de comissões e coordenando esses intelectuais; Montojos pesquisando, investigando e estruturando o ensino industrial; bem como Fuchs fiscalizando e planejando melhorias e adequações.

⁴ Rodolfo Fuchs foi outro intelectual que contribuiu para a organização do ensino, formado em Engenharia Civil. Atuou como inspetor regional do ensino industrial, assim como, realizou viagens pedagógicas a outros países, como objetivo de conhecer a organização do ensino profissional estrangeiro.

Quadro 2 – Intelectuais e seus papéis no processo de reorganização do ensino industrial

Intelectual	Função / Atuação	Vínculo institucional
Gustavo Capanema	Ministro / gestor convocando comissões e normatizando planos	Ministério da Educação e Saúde
Francisco Montojos	Diretor / responsável por estudos e sistematizações do ensino industrial	Divisão do Ensino Industrial
Rodolfo Fuchs	Inspetor Regional / fiscalizando e planejando os Liceus Industriais	Divisão do Ensino Industrial

Fonte: Elaboração própria.

Esse movimento analisado demonstra que o ensino industrial foi reorganizado por meio de diversos agentes, cada um com sua especialização e notoriedade. É válido destacar que esses são apenas alguns dos intelectuais, e estas são algumas das atuações e vínculos desses agentes, exemplificados aqui para evidenciar a relação entre eles e a própria circulação de ideias que lhes era facultada.

Por fim, cabe salientar que o conteúdo do documento possibilita outras análises; porém, no âmbito deste trabalho, elas não foram esgotadas. Conclui-se que, a partir das análises realizadas, revela-se a construção de diretrizes que abarcavam a normatização dos cursos, disciplinas que auxiliam no movimento entre teoria e prática, bem como a transmissão de valores morais e cívicos, além da edificação de estruturas físicas adequadas ao ideário pretendido.

Considerações Finais

O ensino industrial foi palco de inúmeras disputas de interesse – e, foi na década de 1930 que ocorreu um direcionamento mais ascendente quanto a sua reorganização. O contexto era de uma crise internacional, banhada de insatisfações sobre a política e economia brasileira em curso. Fatores estes que propiciaram a tomada de poder por Getúlio Vargas e a instauração do governo provisório. A economia nessa nova ordem, passou a incentivar as indústrias e o capitalismo industrial nesta lógica levou a necessidade da formação de trabalhadores. Nesse sentido, o empresariado industrial detinha intencionalidades próprias relativas à estruturação do ensino desses futuros trabalhadores, porém, não era o único.

O Governo de Vargas foi um regime autoritário, o qual centralizava e fiscalizava a política pública – questões relacionadas à economia, trabalho e educação, foram eixos norteadores de suas ações governamentais. A educação aliada ao ensino industrial, tornou-se um espaço de intensos embates. De um lado o empresariado industrial tencionando um ensino

interligada às suas demandas urgentes, voltadas à racionalização do trabalho; de outro lado, o Ministério da Educação e Saúde Pública, defendia um ensino que articulasse formação técnica e valores sociais, preparando indivíduos não apenas para a indústria, mas também para a vida em sociedade.

Apesar de apresentarem alguns pontos de convergência, as propostas divergiam quanto à duração e à abrangência da formação. Nesse sentido, verificou-se também que essas propostas foram elaboradas em espaços de discussão e planejamento – as comissões. O trabalho buscou sinalizar a existência de algumas dessas comissões que percorreram a história da educação profissional; todavia concentrou-se na Divisão do Ensino Industrial. Esse espaço de sociabilidade, estudo e orientações participou do processo de reorganização do ensino industrial, bem como para a definição de novas diretrizes para os Liceus Industriais.

Sob essa lógica, buscando aproximações com a questão de pesquisa, a análise do relatório, articulada à identificação das instituições de influência (Governo, Ministérios, empresariado e militares), evidenciou que a organização do Ensino Industrial (1930–1941) foi estruturada a partir de disputas entre diferentes agentes. O Relatório de 1941 expressou as ideias vinculadas a uma dessas instituições de influência – o Ministério da Educação –, descrevendo as bases desse ensino e, para além disso, sinalizando a autoridade conferida à Divisão do Ensino Industrial.

Nesse mesmo movimento, o documento ressalta a busca por integrar teoria e prática, bem como promover valores morais e cívicos, tanto por meio da descrição das ações implementadas quanto pelas recomendações de aprimoramento. Assim, demonstra que a organização do ensino industrial ultrapassou o currículo, abrangendo também a concentração de recursos e a implantação de estruturas físicas alinhadas ao modelo defendido pelos intelectuais vinculados à DEI e ao Ministério da Educação.

Por via dessas últimas palavras que ecoam entre as letras e os sentidos formados por elas, o trabalho encerra-se sem, no entanto, fechar as possibilidades de escrita. A fonte, tecida em torno de intencionalidades e conduzida por variadas vozes – os intelectuais –, foi questionada e investigada sob um enfoque específico, permanecendo abertas as possibilidades de novos estudos e interrogações dentro da História da Educação Profissional. Nessa consideração final, textual, mas não de oportunidades de pesquisa, deixo a indicação desse conjunto de fontes que se entrecruzam e formam redes – destacando os planos elaborados, assim como um olhar atento aos direcionamentos que ele indica quanto aos ramos em geral e ao ensino profissional feminino.

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

AZEDO, Raul; PIMENTA, Joaquim; LUDERITZ, João. **Relatório**. Organização Scientifica Do Trabalho. p. 1-32. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/1534. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 14 nov. 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 19.433, de 26 de Novembro de 1930**. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 02 dez. 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de outubro de 1909**. Cria as Escolas de Aprendizes Artífices. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 23 out. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 24 jan. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Discurso pronunciado por Gustavo Capanema na cerimônia de abertura do SENAI**. p. 13. 1942. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/63953. Acesso em: 26 ago. 2025.

CIAVATTA, Maria. POLÍTICA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: luzes e sombras da realidade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 4, p. 30–44, 20 Dez 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13038>. Acesso em: 26 set. 2025.

CORAZZA, Sandra. O que quer um currículo. In: CORAZZA, Sandra. (org.). **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

CRUZ, Ricardo Alexandre. O projeto educacional da era Vargas e suas articulações com a nova política brasileira – 1930-1945. **Dialogia**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 239–244, 2011. DOI: 10.5585/dialogia.v9i2.2654. Disponível em: <https://uninove.emnuvens.com.br/dialogia/article/view/2654>. Acesso em: 28 mar. 2026.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 89-107, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

FGV CPDOC. **GUSTAVO CAPANEMA**. [2001?]. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://CPDOC.FGV.BR/BIOGRAFIAS/GUSTAVO-CAPANEMA](https://cpdoc.fgv.br/biografias/gustavo-capanema). ACESSO EM: 20 NOV. 2025.

FUCHS, Rodolfo. **Ofício**. Divisão de Ensino Industrial: 1939. Rio de Janeiro, p. 1-2.
Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/231. Acesso em: 13 ago. 2025.

LUCAS, Marcelly Kathleen Pereira. **Tecendo os fios da educação profissional**: a Diretoria do Ensino Industrial entre sujeitos e redes de sociabilidades (1931-1959). Orientadora: Dra. Olívia Morais de Medeiros Neta. 2024. 123f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/697bfb7e-85e7-437f-a766-5f9bcf8f30d8/content>. Acesso em: 02 ago. 2025.

MEDEIROS NETA, Olivia Morais; ASSIS, Sandra Maria. Educação profissional em rede: ações e sociabilidades dos intelectuais educadores do ensino técnico profissional brasileiro na primeira metade do século XX. **História Revista**, v. 27, n. 1, p. 222-243, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/74227>. Acesso em: 24 set. 2025.

MEDEIROS NETA, Olivia Morais de; MEDEIROS, Laís Paula; FREITAS, Rita Diana; CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias. **Engenheiros-educadores e espaços formativos**. Natal: Editora FAMEN, 2025.

MONTOJOS, Francisco Belmont. **Relatório**. Informes prestados pela Divisão de Ensino Industrial: 1941. p. 1-7. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/62. Acesso em: 28 jun. 2025.

PEDROSA, José Geraldo. A educação profissional brasileira dos anos 1920 aos 1950 na escrita de Francisco Montojos (1900–1981). **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 246–266, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i2.63332. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/63332>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**: Centenário de Gustavo Capanema: novos tempos de educação no Brasil?. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. Vingtième siècle. **Revue d'histoire**, n.9, p. 97-108, 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1986_num_9_1_1452. Acesso em: 22 out. 2025.

VASCONCELOS, Raphael Leon. Da formação de trabalhadores para ingressantes no vestibular: As transformações do discurso do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo na segunda metade do século XX e XXI. **Revista Angelus Novus**, n. 15, p. 101-119, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ran/article/view/162768>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SOBRE O/A(S) AUTOR/A(S)

Samita da Castro Silva. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Pedagogia. Integrante do grupo de pesquisa da Rede.

Contribuição de autoria: Conceituação, Curadoria dos dados, Investigação, Metodologia e Administração do Projeto - <http://lattes.cnpq.br/8495792454341968>

Olivia Morais de Medeiros Neta. Doutora em Educação, mestrado em História e graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação (UFRN) e (IFRN).

Contribuição de autoria: Análise formal e Administração do Projeto - <http://lattes.cnpq.br/7542482401254815>

Como citar este artigo

SILVA, Samita da Castro; NETA, Olivia Morais de Medeiros. Instituições e Intencionalidades: Caminhos para Organização do Ensino Industrial no Brasil 1930-1941. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 5 n. 5, 2026. DOI: 10.22481/redupa.v5i5.19328